

Cabral: "Querem enlamear meu nome e o do PMDB"

Relator se diz magoado e nega ter desrespeitado acordo prévio com os militares sobre anistia

A vez da voz do povo na Constituinte

A quarta reunião da Comissão de Sistematização para a defesa das emendas populares começou com duas horas e meia de atraso, galerias vazias e menos de vinte constituintes no plenário. Um clima contrastante com a sessão do Congresso que acabara de ser realizada naquele mesmo plenário, quando os líderes de quase todos os partidos fizeram discursos emocionados sobre as declarações dadas na véspera pelo ministro do Exército, Leônidas Pires, a respeito dos trabalhos da Constituinte.

O aparente marasmo da reunião não impediu que ela fosse o palco do momento mais emocionante desde que as emendas populares começaram a ser defendidas por cidadãos sem mandato. Foi quando Lourdes Vanilda, mãe de um excepcional de 28 anos de idade, subiu à tribuna para defender a emenda que propõe o pagamento de um salário mínimo para todos os deficientes mentais.

Numa linguagem muito simples e direta, Lourdes contou um pouco de sua luta para criar Flávio, o filho excepcional, e os outros seis filhos. Ela se referiu a diversas situações em que o filho era discriminado por ser excepcional, na rua ou nos ônibus, quando as amigas chegavam a lhe perguntar se ela não tinha vergonha de sair de casa com ele.

— A senhora conseguiu fazer com que esta Casa ficasse em silêncio e arancou lágrimas dos olhos de muitos de nós — comentou o deputado Chico Humberto (PDT-MG). Lourdes respondeu que



Botelho, bancário

não tinha esta intenção, queria apenas mostrar como era dispendioso para uma família criar um excepcional.

SAÚDE

Os três oradores que subiram à tribuna antes de Lourdes falaram sobre o sistema de saúde. O deputado estadual de Mato Grosso do Sul, André Pulcinelli, defendeu a emenda que propõe a destinação de 13 por cento dos impostos federais e 25 por cento dos impostos estaduais para a saúde pública, uma espécie de "emenda Calmon" da saúde.

O secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Arouca, falou sobre a emenda apoiada pelo Conselho Federal de Medicina, cujo dispositivo mais polêmico é a proibição de transferência de recursos públicos para investimento e custeio às instituições privadas com fins lucrativos na assistência à saúde.

A resposta dos donos de hospital veio logo depois, através do deputado Gastone Righi (PTB-SP). Righi foi escolhido para defender a emenda da Federação Brasileira de Hospitais, que prega o "pluralismo de sistemas médico-assistenciais" e a "livre opção" do indivíduo entre os diversos sistemas.

AROUCA

Presidente da 8ª Conferência Nacional de Saúde (que reuniu cerca de cinco mil delegados de dezenas de entidades sindicais, de moradores, de instituições oficiais e partidos políticos) responsável pela deflagração a nível nacional da campanha em defesa da reforma sanitária no Brasil e um dos expoentes do Mo-

vimento Sanitário Brasileiro, Sérgio Arouca foi escolhido por consenso pelas 167 entidades que subscreveram a proposta de emenda popular sobre saúde encaminhada à Constituinte.

Segundo Arouca, "o atual sistema é incompetente, distorcido e perverso, pois devora os recursos públicos e simultaneamente a isso não consegue resolver os problemas mais simples da saúde do nosso povo". Ele aponta "na mercantilização dos bancos de sangue, nas clínicas de subúrbio que mais parecem matadouros do que prestadoras de serviço de saúde e na dependência do País em relação às multinacionais do setor de medicamentos" os pontos de estrangulamento do atual quadro.

PREVIDÊNCIA

A defesa da aposentadoria aos 25 anos de serviço e a participação nos lucros do Banco do Brasil foi feita pelo vice-presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil, João Botelho.

O presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada - Abrapp, Paulo Mente, defendeu duas emendas populares patrocinadas pelos fundos de pensão fechados. A primeira diz respeito à paridade contributória de patrões e empregados, que contraria os interesses do setor; a segunda, versa sobre a imunidade tributária nos ganhos de aplicações.

Durante os debates foram propostas ainda alterações ao texto constitucional com a inclusão do direito à moradia, através da adoção do usucapão, a aposentadoria aos 25 anos para a trabalhadora rural.



Arouca, o sanitariano

EUGENIO NOVAES



Cabral quer ficar distante para não polemizar

Emendas populares dominam o plenário

O espetáculo das sessões vazias da Constituinte dará lugar, na próxima semana, a movimentadas sessões de debates das emendas populares pela Comissão de Sistematização. O acerto foi feito entre o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL/RJ), e o presidente da Assembléia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB/SP), que manteve para a Constituinte apenas a sessão das quartas-feiras.

Até a quarta-feira, aliás, os constituintes estarão ocupados em emendar o substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), que no dia seguinte começa a preparar novo texto ou um simples parecer sobre as emendas. Ele terá até domingo para fazer isso, devendo apresentar sua conclusão na segunda-feira,

em pleno feriado de 7 de Setembro.

A primeira emenda popular a ser debatida na próxima semana — dia 31, segunda-feira, às 19 horas — é sobre as Forças Armadas. O bloco, curiosamente, será fechado com a discussão de uma emenda sobre "Assistência Espiritual", que terá como expositor o profissional de televisão Augusto César Vanucci. No dia seguinte, a própria participação popular estará em debate, além de emendas polêmicas, como as que defendem a realização de um plebiscito para que o povo decida o regime de governo a ser adotado pelo País com a nova Constituição, a das diretas já e várias sobre a criação de estados. Os debates da terça-feira serão realizados sempre no plenário da Câmara dos Deputados, em sessões matutina e vespertina.

Disposto a se manter calado em relação às críticas que vem recebendo contra o seu substitutivo, para não fomentar a polêmica, o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) negou-se ontem a fazer maiores comentários sobre os ataques desferidos pelo general Leônidas Pires Gonçalves, insatisfeito com a solução dada para a questão da anistia. Mas no plenário, ele usou o microfone para denunciar que "está havendo um propósito deliberado" de enlamear o seu nome e o do PMDB, com a informação de que teria descumprido um acordo fechado anteriormente com as Forças Armadas em torno da anistia.

Dizendo-se mais magoado do que irritado com a situação criada, Bernardo Cabral negou-se durante todo o tempo a acreditar que o general Leônidas Pires tivesse dito na reunião ministerial que o tratamento dado às Forças Arma-

das, à anistia e forma de governo em seu projeto seria inaceitável. "Não sou um homem de fazer acordos, e quando faço eu os cumpro", garantiu Cabral. Sobre a repercussão que teve o seu projeto na reunião ministerial com o presidente José Sarney, Bernardo Cabral comentou que está havendo "uma grande tempestade" e até mostrou-se satisfeito que as críticas contra a formulação da anistia estejam partindo tanto do lado dos militares, quanto dos casados que seriam beneficiados.

— Se eu estou desagradando aos dois lados, é um bom sinal, quer dizer que estou no caminho certo. Isto prova que não estou privilegiando nenhuma das partes, do contrário só um dos lados estaria me criticando — observou o relator.

REFUGIO NO PLENÁRIO
No início da tarde de on-

tem, Bernardo Cabral chegou à Câmara dos Deputados por volta das 15 horas e se dirigiu diretamente para o plenário da Constituinte. Na entrada, falou rapidamente com um grupo de jornalistas, quando comunicou a sua disposição de não dar entrevistas nem comentar as reações do setor militar contra o seu projeto.

Procurou se acomodar em uma das cadeiras centrais do plenário, de onde se mantinha isolado do assédio dos repórteres e ouviu durante toda a sessão manifestações de solidariedade feitas pelos parlamentares. Deste local se limitava a acenar para os repórteres que insistiam em uma resposta. Quando recebeu um bilhete de um dos repórteres, a resposta já era conhecida. "Há momentos de falar e de ouvir. Está é a hora de se ouvir apenas. Há um tumulto muito grande", se esquivou Cabral.

A reforma agrária satisfaz D. Luciano

O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Luciano Mendes de Almeida, manifestou ontem sua satisfação com o capítulo da reforma agrária do anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Ressaltou ser grande a sua expectativa quanto à preservação da função social da propriedade privada na futura Constituição.

— Quanto aos pontos mais polêmicos, individualizados no projeto, ainda não houve nenhuma análise realizada no âmbito da CNBB. Esperamos que a função social da propriedade privada seja firmada e que se possa chegar a uma distribuição equitativa de condições de vida para o

trabalhador brasileiro sem terra — observou dom Luciano.

O presidente da CNBB disse que vai lutar pela imissão imediata de posse, um ponto do anteprojeto amplamente condenado pela União Democrática Ruralista (UDR). Segundo dom Luciano, a imissão de posse é indispensável para a paz social, pois se "não houver a imissão, o terreno fica litigioso e aumenta a gravidade dos conflitos", e concluiu:

— Quanto ao tempo a ser concedido ou não para que se possa haver uma defesa dos direitos de propriedade, isso é matéria de Constituição.

Em relação às duras críticas a Constituinte feitas pelo ministro do Exer-

cito, general Leônidas Pires Gonçalves, dom Luciano afirmou desconhecer a grigem das mesmas. Apesar de ressaltar que tem um grande apreço pelo general Leônidas, observou:

— Nós acreditamos na soberania da nossa Assembléia e queremos colaborar para que essa soberania possa presidir como clima indispensável para a redação da Constituição. Temos esperança de que os próximos dias possam trazer enriquecimentos notáveis ao texto constitucional. Em particular esperamos que seja firmado o direito à vida, o direito de condições de família, de trabalho e da ordem econômica que salvaguardem a reforma agrária e urbana.



Puccinelli, médico

Embratur faz elogios ao substitutivo

O projeto substitutivo de Constituição apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) agradou em cheio ao setor turístico brasileiro. O presidente da Embratur, João Dória, foi ontem agradecer ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o fato de o turismo ter sido apontado no substitutivo como um fator de desenvolvimento econômico que deve ser promovido e ter incentivos criados pela União, Estados e Municípios.

Satisfeito, João Dória frisou que "era isso o que o setor de turismo mais desejava". Ele foi recebido por Ulysses junto com

vários representantes de bancos estrangeiros interessados em investir no turismo brasileiro. Ulysses Guimarães destacou para o grupo que esta é a primeira vez em uma Constituição brasileira que o turismo é contemplado. Segundo o presidente da Constituinte, tal fato é uma demonstração do Governo brasileiro de reconhecimento do turismo como uma indústria

geradora de divisas e empregos.

PROBLEMAS URBANOS

Porto Alegre — Ao avaliar, em Porto Alegre, o tratamento que os problemas urbanos vêm recebendo da Assembléia Nacional Constituinte, o ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que tinha "sérias restrições" à falta de atenção dada a esta área, já se mostra mais satisfeito.

Ele disse que, após um simpósio feito com um grupo de deputados para discutir o assunto, os problemas urbanos passaram a receber uma atenção maior.